

EDUCAÇÃO
Número Temático - vol. 9 n. 3 - 2020
ISSN Digital: 2316-3828
ISSN Impresso: 2316-333X
DOI: 10.17564/2316-3828.2020v9n3p27-40



A CIDADE COMO ESPAÇO DE EDUCAÇÃO AMPLA E PRÁTICAS EDUCATIVAS INTEGRADORAS

THE CITY AS A SPACE OF WIDE EDUCATION AND
INTEGRATORS EDUCATIONAL PRACTICES

LA CIUDAD COMO ESPACIO DE EDUCACIÓN AMPLIA Y PRÁCTICAS
EDUCATIVAS INTEGRADORAS

Ada Raquel Teixeira Mourão¹
Clóris Violeta Alves Lopes²

NÚMERO TEMÁTICO

"PEDAGOGIA INTEGRADORA: SABERES E MODOS DE AÇÃO"

RESUMO

Os espaços de vivência humanos são espaços educativos, entre eles, o mais próximo e presente no cotidiano de grande parte da população mundial: as cidades. A educação escolar, apesar de todo o esforço formativo, não pode e não deve ser a única responsável pela educação ampla, o que engloba a formação social e humana necessária à vida em sociedade. Essa ideia é desenvolvida contemporaneamente pelo Movimento das Cidades Educadoras, por meio de princípios que orientam a construção de um projeto educativo que envolva os cidadãos, as associações e as diversas instituições públicas e privadas presentes no território urbano. Busca-se, com este trabalho, compreender como os diferentes agentes educativos da Cidade podem trabalhar em sinergia, propondo práticas educativas integradoras que produzam uma formação humana, política, cidadã, comunitária, situando o sujeito individual em seu espaço coletivo. Para isso apresenta-se o caso da Praça Outubro Rosa, na cidade de São Carlos-SP, que foi restaurada a partir de uma ação coletiva conduzida pelos moradores do seu entorno. Conclui-se que os moradores, ao sentir a necessidade de um espaço público de convivência, enxergaram na praça um espaço coletivo e educativo e, sem conhecer a teoria das Cidades Educadoras, promoveram ações, envolvendo outras instituições e o poder público, atuando em sinergia, como está explicitado por meio dos princípios que orientam a construção de espaços educativos na cidade.

PALAVRAS-CHAVE

Cidade Educadora. Educação Cidadã. Pedagogias Integradoras. Intervenção Urbana.

RESUMEN

Los espacios de vida humana son espacios educativos, entre ellos, los más cercanos y más comunes en la vida cotidiana de la mayoría de la población mundial: las ciudades. La educación escolar, a pesar de todo el esfuerzo de capacitación, no puede y no debe ser la única responsable de una educación amplia, que abarque la formación social y humana necesaria para la vida en sociedad. Esta idea es desarrollada contemporáneamente por el Movimiento de Ciudades Educadoras, a través de principios que guían la construcción de un proyecto educativo que involucra a ciudadanos, asociaciones y las diversas instituciones públicas y privadas presentes en el territorio urbano. Con este trabajo, buscamos entender cómo los diferentes agentes educativos de la Ciudad pueden trabajar en sinergia, proponiendo prácticas educativas integradoras que produzcan una formación humana, política, ciudadana y comunitaria, situando al sujeto individual en su espacio colectivo. Es el caso de la Plaza Octubre Rosa, en la ciudad de São Carlos-SP, que fue restaurada a partir de una acción colectiva realizada por los residentes de su entorno. Se concluyó que los residentes, sintiendo la necesidad de un espacio público, vieron en la plaza un espacio colectivo y educativo, e incluso sin conocer la teoría de las Ciudades Educadoras, promovieron acciones que involucran a otras instituciones y al poder público, actuando en sinergia, como se explica a través de los principios que guían la construcción de espacios educativos en la ciudad.

PALABRAS CLAVE

Ciudad Educadora. Educación ciudadana. Pedagogías integradoras. Intervención urbana.

ABSTRACT

The human living spaces are educational spaces, among them, the closest and most common in the daily lives of most of the world's population: cities. The school education, despite all the training effort, cannot and should not be solely responsible for broad education, which encompasses the social and human formation necessary for life in society. This idea is developed contemporaneously by the Educating Cities Movement, through principles that guide the construction of an educational project that involves citizens, associations and the various public and private institutions present in the urban territory. With this work, we seek to understand how the different educational agents of the city can work in synergy, proposing integrative educational practices that produce a human, political, citizen, community formation, situating the individual subject in their collective space. This is the case of Outubro Rosa Square, in the city of São Carlos-São Paulo - Brasil, which was restored from a collective action conducted by the residents of its surroundings. It was concluded that the residents, feeling the need for a public living space, saw in the square a collective and educational space, and even without knowing the theory of the

Educating Cities, they promoted actions involving other institutions and the public power, acting in synergy, as explained through the principles that guide the construction of educational spaces in the city.

KEYWORDS

Educating City. Citizen Education. Integrative Pedagogies. Urban Intervention.

1 INTRODUÇÃO

As possibilidades educativas não se limitam aos espaços de educação formal, tampouco esses espaços dedicados exclusivamente à educação seriam capazes de formar plenamente os sujeitos de suas ações. A educação está presente em todos os espaços e pode ser objeto de práticas integradoras, que incluam todos os seus membros, contribuindo para a formação integral dos sujeitos, em todas as dimensões do desenvolvimento humano.

A cidade, representada por seus espaços públicos, é um espaço educativo que pode ser utilizado na construção de práticas educativas integradoras que envolvam os diversos agentes presentes no seu território: cidadãos, associações, instituições públicas e privadas. Espaço da vida cotidiana, ela ensina sobre diversidade, colaboração, leis, sociabilidades, história, conflitos, solidariedade e tantas outras ideias e valores fundamentais para a vida coletiva e para a formação humana.

Busca-se, neste artigo, apresentar a cidade como um campo educativo fértil e diversificado. A cidade é o espaço público, lugar onde pode manifestar-se a cidadania, a participação e a política. A cidade assume o adjetivo de educadora quando sistematiza ações, a princípio a partir de sua gestão, que oportunizam os vários agentes presentes no seu território, a desenvolverem um projeto educativo coletivo. Ao desenvolver esse projeto eles produzem uma prática integradora responsável pela formação para a cidadania, além de sua própria autoformação.

Para ilustrar essa prática educativa na cidade, apresenta-se o caso da Praça Outubro Rosa, na cidade de São Carlos-SP, que foi cuidada pelos moradores do bairro onde está localizada, a partir da mobilização cidadã e de diversos agentes públicos e privados, sendo transformada em um espaço de lazer e de educação ampla, onde são vivenciados os princípios do Movimento das Cidades Educadoras. A Praça Outubro Rosa demonstra o quanto o espaço público pode concretizar a utopia da cidade de todos e para todos.

2 ESPAÇO PÚBLICO URBANO: LUGAR DA CIVILIDADE E DAS RELAÇÕES SOCIAIS

As cidades têm sua origem relacionada à possibilidade de intercâmbio, de mercadorias, serviços, bens culturais e informações. Surgiu como um espaço de liberdade, criatividade e de manifestação

das potencialidades humanas. A existência da cidade está, portanto, relacionada à constituição do mundo público, onde é possível o contato, o diálogo e as trocas.

O espaço público urbano, representado pelas ruas, calçadas, parques, praças, praias etc., é muito mais que um espaço material ou um simples produto do planejamento urbano. O espaço público engloba dimensões culturais, sociais e subjetivas, formadoras dos seres humanos.

O espaço público representa a própria sociedade presente nas cidades. A cidade é um produto da natureza humana, ela representa nas suas formas e na sua dinâmica a sociedade que ali vive, seus valores e sua cultura.

A cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones etc.; algo mais também do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos – tribunais, hospitais, escolas, polícia e funcionários civis de vários tipos. Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana. (PARK, 1979, p. 26).

Entretanto, a cidade não é somente um produto, ela também é produtora de seres humanos, de culturas, de valores sociais e comunitários que se dão na transação entre as pessoas com e no ambiente urbano.

O ser humano marca e é marcado pelo ambiente em que vive. Essa relação transacional entre pessoa e ambiente se concretiza a partir de processos de apropriação (POL, 1996; CAVALCANTE; ELIAS, 2011), quando a pessoa modifica o espaço, personalizando-o ou quando o internaliza, construindo uma apropriação simbólica, que ocorre a partir de sentimentos de pertencimento ao espaço vivenciado. A apropriação vai impactar na construção da identidade do sujeito, que se sente pertencente ao lugar em que vive e sente o lugar como seu. Assim se constrói a Identidade de Lugar dos cidadãos (MOURÃO; CAVALCANTE, 2011).

Na relação entre o morador e a cidade, os espaços urbanos adquirem um conteúdo de “Lugar” (TUAN, 1983). O lugar é o espaço onde se inscreveu a subjetividade individual e coletiva, é um espaço transformado em simbólico e objeto de apego e afeto. Somente com essa transformação de “espaço indefinido” em “lugar” é possível que tome forma o sentimento de fazer parte de algo maior que o grupo familiar, representante da esfera privada. É onde a vida, além dos muros da casa, pode ser portadora de um sentido de pertencimento mútuo sujeito-lugar. É quando se forma o ser social, na dimensão das relações sociais e o cidadão, na dimensão pública, é quando emerge o sentimento público do espaço urbano.

A constituição do espaço público é, nesse sentido, concomitante à formação do ser humano enquanto ser cidadão, que vivencia as possibilidades oferecidas pelas cidades e dessas vivências constrói-se a si mesmo e suas práticas sociais. A cidade “não é mera extensão ou somatório dos espaços privados, pois sua natureza, sentido e função são completamente diversos e, por excelência, é nele

que a humanidade do homem se forma” (BRANDÃO, 2006, p.61). Na cidade a existência individual toma um sentido coletivo. O contato humano transforma individualidades e possibilita a construção do ser social. O autor reforça que

[...] a polis deve abrigar o espaço privado, onde construímos nossa vida particular; mas também é certo que a necessidade de constituição de um mundo comum e político apresentou-se e apresenta-se, continuamente, como o local onde o indivíduo se reconhece dentro de uma tradição, conquista uma identidade, se conhece e se constitui como um eu a dialogar com um outro. (BRANDÃO, 2006, p. 61).

O espaço público é, portanto, o palco da cena pública, onde se expressam a diversidade e as identidades coletivas. No espaço público se manifesta a tensão entre a diferença e a possibilidade de coabitação (GOMES, 2002). As diferenças estão representadas pelas identidades coletivas que convivem em uma cultura pública diversificada e fruto de uma sociedade civil que necessariamente, deve ser democrática, para que possa livremente usar e participar dos espaços públicos.

É importante ressaltar, que a ideia de espaço público difere da ideia de espaço coletivo, que pode ser um espaço privado, porém aberto a coletivos selecionados, como no caso dos shoppings centers, onde estão os que têm poder aquisitivo para usufruir de suas funcionalidades, serviços e bens. Ao contrário do Espaço Público que é por definição de uso público, gratuito e pertencente a todos. É fundado em um “contrato implícito” estabelecido entre os mais diversos cidadãos, repousa sobre a lei, geral, isonômica e democrática, seguindo a ideia de justiça e direito.

No caso do espaço público a sociabilidade se transforma em civilidade, uma sociedade civil fundada em relações contratuais. [...] É por intermédio da civilidade que surge a possibilidade de diálogo e que se opera a transformação desse lugar de contato e mistura em espaço público, terreno da vida social democrática. (GOMES, 2002, p. 163).

As diferenças, sendo o espaço público, o locus da lei, para que possa existir diálogo, devem se submeter às regras de civilidade. Somente no espaço público a diversidade e heterogeneidade sociais podem se manifestar, com a condição da existência de um mínimo de “pautas de convivência comuns”, representada pelo civismo, que torna possível o intercâmbio (BORJA, 2005). Assim vista, a cidadania não é um conceito imaterial, mas concretizado por meio das práticas cotidianas, onde as diferenças devem ser dialogadas a partir de um acordo entre partes.

O pleno exercício da cidadania, mais que um exercício de respeito às leis, permite que por usos e vivências do espaço público, o cidadão inscreva sua subjetividade, por meio das marcas reais ou simbólicas deixadas no espaço, no território concreto, seu espaço de vida. Essas práticas cotidianas mais simples têm relação com a construção da cidadania, com o sentido de pertencimento comunitário a um espaço concreto, a um território de todos.

O Espaço Público da cidade, formador da subjetividade humana, do sentido de pertencimento a um lugar, de valores culturais, é um espaço educativo. Ele ensina sobre as possibilidades e limitações pre-

sentos nos seus espaços de vida, ele produz e dissemina valores humanos formadores dos seus cidadãos. A cidade e seus valores, seu ambiente físico, humano, social e cultural, ensinam. É imprescindível, para os diversos agentes da cidade, tomar consciência dessa capacidade e propiciar o desenvolvimento de uma cidade que assume seu papel educativo, muito mais amplo que o da própria escola.

3 A CIDADE EDUCADORA E SEUS MÚLTIPLOS AGENTES EDUCATIVOS

A vida humana acontece em nível local, por mais que a economia, os costumes, a cultura e os meios de comunicação apontem para uma “deslocalização”, para a vivência do mundo global, nossos contatos mais intensos são próximos. Vivemos o clima de uma região, encontramos pessoas conhecidas na rua, sofremos a falta de infraestrutura das cidades e nos alegramos quando usufruímos de belos espaços de lazer. A globalização atinge todas as sociedades, mas a democracia local é um componente fundamental na construção de cidades e cidadanias locais, a partir da mobilização e participação, como também da formação para o exercício da cidadania. Nesse sentido, uma cidade pode ser considerada educadora quando, além de suas funções tradicionais – econômicas, sociais, políticas e de prestação de serviços, exerce uma nova função, cujo objetivo é a formação para e pela cidadania.

A ideia de que a cidade pode ser um espaço educativo já estava presente no pensamento de Plutarco que afirmava “ser o melhor instrutor a cidade, e não a escola” (FRAGO; ESCOLANO, 1998, p. 28). Inspirado no pensamento de Plutarco, Edgar Faure coordenou o desenvolvimento do relatório intitulado “Aprender a ser”, publicado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 1973, que trata da relação entre território e educação, no qual “acolhe a ideia de cidade educativa” (CABALLO-VILLAR, 2007, p. 21).

A partir dessa corrente de pensamento surge o Movimento das Cidades Educadoras, em Barcelona, onde se realizou o primeiro Congresso Internacional das Cidades Educadoras, no ano de 1990. A partir desse evento é redigida a “Carta de Barcelona” ou “Carta das Cidades Educadoras”, expondo princípios fundamentais para a construção de um espaço educativo nas cidades.

Em síntese, os princípios apregoam que as cidades educadoras devem: 1. promover ações de estímulo e respeito à diversidade, além de preservar e difundir sua própria identidade cultural; 2. cuidar da qualidade de vida dos cidadãos, cuidando da qualidade dos diversos espaços e serviços; 3. Promover a integração intergeracional, tendo nas crianças e jovens o parâmetro para a construção da cidade; 4. Desenvolver políticas educativas amplas que envolvam colaboração entre os órgãos administrativos, as diversas associações e instituições públicas e privadas.

Segundo esse movimento, todos os cidadãos e todas as instituições locais são solidariamente responsáveis pela educação de todos, jovens, adultos, num processo estrategicamente orientado para a expansão das potencialidades econômicas, ecológicas e culturais do território e, conseqüentemente, para o aumento das condições de realização e felicidade dos seus habitantes. (PINTO, 2007, p. 50).

Nesse ponto de vista, a cidade não é considerada unicamente como responsabilidade do poder público, mesmo que sua gestão tenha sido eleita pelo voto popular. A democracia da cidade educadora, não se manifesta somente por meio das eleições, mas pelo incentivo à participação, formação conjunta e autoformação, tornando-se, na verdade, uma comunidade educadora.

O poder público tendo como função primordial cuidar dos interesses públicos, deve incluir a população nas discussões sobre a cidade. Conhecer as demandas e, principalmente, qualificar essas demandas por meio de uma postura de educação cidadã, pela qual os diversos cidadãos possam pensar e desejar uma cidade mais amigável, justa, saudável e bonita, enfim, uma cidade que promova real qualidade de vida.

Qualquer ação do poder público na cidade, seja cultural ou na estrutura urbana, deve permitir uma ação educativa mais ampla, visando desenvolvimento humano, participação, solução coletiva dos problemas urbanos e construção de cidadania. A gestão da cidade é, na realidade, a construção de um projeto coletivo, envolvendo instituições públicas, escolas, empresas, associações e pessoas, todos que atuam naquele território.

Na cidade que educa, todos têm o direito de refletir e participar na criação de programas educativos e culturais e dispor dos instrumentos necessários que lhes permitam descobrir um projeto educativo, na estrutura e na gestão da sua cidade, nos valores que esta fomenta, na qualidade de vida que oferece, nas festas que organiza, nas campanhas que prepara, no interesse que manifeste por eles e na forma de os escutar. (CARTA, 2004, on-line).

Além da sinergia interna dos múltiplos agentes da cidade, a política educacional da cidade educadora deve promover intercâmbios entre cidades, visibilizando as diversidades e promovendo a integração intercultural e intergeracional.

É necessário, portanto, que a sociedade assuma sua responsabilidade educativa, percebendo a educação como elemento estratégico para o desenvolvimento econômico, humano e social.

A escola, apesar de ser a instituição de promoção da educação formal, é uma das instituições, não a única que deve se ocupar da ampla tarefa educativa proposta pelos princípios da Cidade Educadora. A escola, na promoção da tarefa educativa deve integrar-se aos vários agentes do território e ter em conta uma atuação no próprio território.

Nesse contexto, o conceito de “Escola Cidadã” ganha um novo componente: a comunidade educadora reconquista a escola no novo espaço cultural da cidade, integrando-a a esse espaço, considerando suas ruas e praças, suas árvores, seus pássaros, seus cinemas, suas bibliotecas, seus bens e serviços, seus bares e restaurantes, seus teatros e igrejas, suas empresas e lojas... enfim, toda a vida que pulsa na cidade. A escola deixa de ser um lugar abstrato para inserir-se definitivamente na vida da cidade e ganhar, com isso, nova vida. A escola se transforma num novo território de construção da cidadania. (GADOTTI, 2006, p. 133).

Freire, desde a década de 1980, falava de uma escola cidadã, definindo-a como uma “escola de companheirismo”, uma escola que “vive a experiência tensa da democracia”. A escola pode contribuir para a construção de uma sociedade saudável, tornando-se amiga e “companheira”, como dizia Paulo

Freire (2006), transformando-se num espaço de formação ético-política de pessoas que se querem bem e, por isso, têm legitimidade para transformar a vida da cidade.

No Brasil, o pensamento progressista de Paulo Freire, incentiva a luta por espaços perdidos em períodos autoritários e chama ao posicionamento político, relacionando a educação à política no sentido pleno da palavra. Político é aquele que se envolve na vida pública, na vida coletiva. Freire compreende a educação como um ato político que desperta a compreensão do mundo. Essa compreensão aproximaria o sujeito do seu papel cidadão, envolvendo-o na vida pública, preocupado com o mundo e com as condições de vida que o cercam.

A filosofia de Paulo Freire e o Movimento das Cidades Educadoras têm em comum, pensar o mundo como um amplo espaço educativo, no qual a escola tem um papel importante, quando se envolve na vida cotidiana e juntamente com outros agentes educativos, propicia a construção de uma educação integral.

No entanto, a escola não pode ser a única a ser responsabilizada pela educação de crianças e jovens. “Nossa sociedade não pode encomendar dos educadores o trabalho condenado ao fracasso, de pregar em suas aulas valores e atitudes que a comunidade não assume como próprios” (ESTEVE, 2003, p. 11). Atualmente as escolas reclamam a participação mais frequente da família, entretanto os valores culturais, humanos e sociais estão presentes em todos os espaços urbanos, transmitindo valores educativos positivos ou negativos. A escola, sozinha, é incapaz de executar essa tarefa educativa.

A cidade, por meio de sua gestão, deve construir e promover um projeto de educação sistematizado, integral e integrador, envolvendo a todos.

No mundo contemporâneo, os objetivos da educação e o processo educativo são de tal complexidade que nenhuma instituição educativa poderá ser suficiente para esta tarefa; a única solução consiste em estruturar a sociedade da tal forma que se possam comprometer todos os seus segmentos e todas as suas instituições no processo educativo (SICINSKI, 1990, p. 235 apud CABALLO-VILLAR, 2007, p. 14).

A administração pública ao compreender o papel fundamental da educação no seu próprio desenvolvimento, deve assumir uma função relacional ao promover o encontro, o diálogo e a sinergia das ações educativas, provendo meios, recursos, espaços e tempos educativos que envolvam toda a comunidade. Deve, igualmente, aperfeiçoar sua forma de comunicação, atingindo desde as crianças até os idosos.

Na Cidade Educadora, a criança e suas necessidades são o parâmetro para o planejamento do espaço urbano e de ações culturais na cidade. Compreende-se que, se a criança está bem, todos estarão. Uma cidade que possibilita autonomia às crianças para estar e se locomover nos espaços públicos com acessibilidade e segurança, é uma cidade bem planejada para todos. Se existem crianças na rua jogando, passeando ou mesmo indo à escola a pé, essa cidade está saudável (CABALLO-VILLAR, 2007).

O compromisso da administração pública é fundamental na construção de uma consciência do lugar, das necessidades da cidade, na qualificação das demandas sociais. Precisamos de uma pedagogia da cidade, precisamos aprender com a cidade. Para Freire (2006) o primeiro livro de leitura é o mundo. Para aprender com a cidade, precisamos ler o mundo, precisamos ler o que as cidades nos dizem, enfrentar seus problemas com compromisso formativo. Algumas vezes, “Não queremos olhar

certas coisas da cidade para não nos comprometermos com elas, pois o olhar nos compromete” (GADOTTI, 2006, p. 139).

Precisamos de uma pedagogia da cidade para nos ensinar a olhar, a descobrir a cidade, para poder aprender com ela, dela, aprender a conviver com ela.

Nietzsche disse que a primeira tarefa da educação é ensinar a ver. É a primeira tarefa porque é através dos olhos que as crianças, pela primeira vez, tomam contato com a beleza e o fascínio do mundo. Os olhos têm que ser educados para que a nossa alegria aumente. Já li muitos livros sobre psicologia da educação, sociologia da educação, filosofia da educação, didática – mas, por mais que me esforce, não me consigo lembrar de qualquer referência à educação do olhar, ou à importância do olhar na educação. (ALVES, 2004, p. 1).

A cidade nos pertence e como tal precisamos ser a cidade, nos sentirmos, vivenciarmos e vivermos essa cidade como cidadãos a fim de participarmos ativamente do processo de sua construção e reconstrução permanente, em uma perspectiva de construir uma sociedade educadora educanda, humanizada, emancipada e solidária. “A cidade é o espaço da cultura e da educação. Existem muitas energias sociais transformadoras que ainda estão adormecidas por falta de um olhar educativo sobre a cidade” (GADOTTI, 2006, p. 139). São essas forças motrizes que devem ser estimuladas, construídas por meio da educação integral e integradora.

4 A PRAÇA OUTUBRO ROSA: UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA NA CIDADE

A cidade é uma construção social que apresenta diferentes formas espaciais, dentre elas destaca-se a praça como um espaço público integrador do espaço urbano, com destaque na história da cidade. A história da praça é parte da história da própria cidade, por ser espaço que representa a vida cotidiana da população, é ponto de encontro de manifestações culturais, artísticas ou, simplesmente, espaço de lazer. A praça é uma das principais referências de centralidade da pequena cidade, em muitos casos, congregando em seus arredores o comércio e os serviços mais importantes da vida comunitária.

As praças se modificaram ao longo da história no que tange às suas funções (estética, simbólica, ecológica e social) e em seu uso (encontro, espetáculo, comércio, manifestações culturais), assim como em sua forma, mas, desde a sua origem, elas permanecem como lugares de encontro, de circulação de pessoas e de convivência.

Diante da importância das praças enquanto espaço público de uso social e educativo para as populações das cidades relata-se, a seguir, a experiência transformadora e o papel de educação cidadã ocorrida numa praça na cidade de São Carlos-SP, a Praça Outubro Rosa, localizada entre a Marginal Alfredo Maffei e Antônio Carreri, no bairro Jardim Ricetti.

A Praça foi inaugurada em 9 de novembro de 2013, contudo, dois anos depois, já apresentava sinais de abandono, por falta de manutenção. Em 2016 o abandono já era severo, dessa forma, no ano

seguinte, alguns moradores se reuniram para mudar essa situação, coordenando uma ação sinérgica entre várias instituições, o que resultou no início da revitalização desse espaço.

Em 2017, contou-se inicialmente, com a colaboração dos sujeitos privados de liberdade que estavam realizando a limpeza do córrego do Gregório e foram autorizados pela prefeitura a dar início ao roçado da praça, com isso, a Outubro Rosa foi novamente tomando sua forma. O movimento foi ganhando espaço e junto a outros moradores do bairro e em sistema de mutirão, começaram a mudar o aspecto da praça que foi ficando cada vez mais bonita e convidativa à frequência de pessoas que por ali passavam.

A comunidade foi se aproximando, os moradores passaram a plantar novas mudas no local, que hoje já somam mais de 50 pequenas árvores, entre frutíferas, ornamentais, dentre outras. Os bancos, luminárias e aparelhos foram recuperados pela secretaria de serviços públicos, passando a ser possível utilizar as pranchas de abdominal e as barras para exercícios.

Atualmente, existem cerca de 30 voluntários comprometidos com a Praça e que atuam diretamente na revitalização, manutenção e preservação da área. Porém, no entorno da praça, são mais de 100 pessoas, entre voluntários, apoiadores e incentivadores do projeto.

A ação inicial foi agregando colaboradores, a partir de solicitações de serviços. Além da Prefeitura Municipal, o Serviço de Abastecimento de Água e esgoto (SAAE), instalou, um ponto de água na praça, o que possibilitou a irrigação das plantas e suporte para as diversas atividades que são desenvolvidas junto às crianças, jovens, adultos e idosos.

Aos poucos a praça foi ganhando autonomia, além da água os moradores conquistaram um ponto de energia, bem como as ferramentas necessárias para a sua manutenção permanente. Isso tudo se deveu ao poder de articulação e poder de liderança dos envolvidos.

Com a recuperação da praça, os moradores do bairro e adjacências ganharam um novo local de acolhimento, encontro e lazer. É comum encontrar famílias usufruindo do espaço, pessoas passeando com seus cães ou praticando atividade física. Nos finais de semana calcula-se que circulam em torno de 60 pessoas.

A praça também contou com aulas práticas de yoga que ocorriam aos sábados à tarde. Muitas atividades foram registradas tais como, “Talento Rosa”, que objetivou apresentar os talentos do bairro, com a participação de 100 pessoas, desde artesãos, músicos, cantores, poetas, contação de história, zumba, coral e performance dos idosos. Para esse evento contou-se com o apoio de mais de 20 colaboradores entre instituições públicas e privadas, além dos voluntários da praça.

A comunidade também viveu outros momentos tais como: dia dos pais, festa junina, festival de pipa, carnaval, piquenique, tarde feliz, encontro de jovens, dia da mulher, dia do idoso, visita do Papai Noel, momento saudável com a presença da secretaria de saúde, orientando a população feminina em relação a prevenção do câncer de mama.

As ações sociais também têm seu espaço quando são realizados chás de bebê para mães carentes, acolhida a famílias carentes vindas de outros estados, adoção de cães e gatos, bingo beneficente para criança com paralisia cerebral, campanha de conscientização da limpeza da praça, o dia do abraço etc.

A praça ainda contou com algumas parcerias tais como: alunos e professores de uma escola privada da comunidade em que foram realizadas atividades como arte muralista, além da pintura do muro, pintou-se a passarela da praça com motivos infantis, como amarelinha, jogos etc. Como também,

nesse processo de fazer arte na praça, foram pintados todos os bancos. Nessa atividade que foi desenvolvida em alguns dias, de acordo com o horário de aula do professor, houve momentos de integração entre a escola e a comunidade de modo geral. A praça também recebeu uma artista plástica que trabalha com mosaicos para fazer a decoração de uma das mesas existentes no espaço.

Tudo e todos passaram a ser bem-vindos, pois cada um e cada uma deixou a semente plantada da solidariedade, do amor ao próximo, do desejo de fazer o melhor, de fazer uma cidade melhor, uma comunidade melhor.

Dessa forma, o trabalho foi tomando uma proporção muito grande, passou a atrair pessoas de outros bairros, outras comunidades. Além da imprensa local, como rádio, televisão, jornal, blogs, revista etc.

A praça ainda abriga o projeto “circuito verde” que é a doação de mudas para a comunidade, ou seja, aquelas pessoas interessadas em fazer doação deixam na praça as mudas nos vasos com os respectivos nomes para quem quiser levar, plantar em casa ou em outro espaço apropriado. Acredita-se com isso, estar colaborando com uma cidade mais verde e mais atrativa.

Outro aspecto muito importante nesse processo é a oportunidade de conhecer pessoas, trocar ideias fortalecer laços de amizades, trabalhar coletivamente, acreditando que a união de todos em torno do mesmo objetivo é o que promove e fortalece a solidariedade e a comunidade.

A praça Outubro Rosa desde o início de sua revitalização se mantém por meio da boa vontade dos seus amigos: “os amigos da praça” que contam, atualmente, com cerca de 100 pessoas no grupo de *whatsapp*. Para arrecadar fundos, o grupo já realizou rifas, bingos e cotas. O grupo possui um contador voluntário e amigo atuante da praça que mantém em ordem as finanças da praça. Também existe um grupo gestor que faz a mediação entre os membros voluntários, a prefeitura e outros órgãos privados.

Atualmente o investimento da comunidade está focado nas crianças por meio de brinquedos e brincadeiras, que têm sido a grande atração. Enveredar pelo universo infantil está sendo o caminho para que se possa despertar na criança o desejo de cuidar do meio ambiente e de suas relações com outras crianças. Para isso, existe um grupo “os guardiões da Praça”, composto por crianças de todas as idades e que procuram manter a praça limpa, regada e bem cuidada.

Outra proposta da praça é fundar o grupo de mães da praça, ou seja, “as mães de Rosa” com objetivo de discutir temas pertinentes à família, como relacionamento familiar, criança, adolescência, sexualidade, relação de casais etc. Além do, espera-se que essas mães levem a bandeira de preservação do espaço.

Por meio dessa experiência tem-se observado a espontaneidade das pessoas, o desejo de colaborar, da forma que seja possível, para a manutenção, preservação e existência desse espaço público de convivência, que se tornou fundamental para a sociabilidade do bairro e seus arredores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da Praça Outubro Rosa no município de São Carlos nos aponta que a educação ocorre não somente nos limites da escola, mas em todos os cantos da comunidade. O bairro passa, portanto, a ser visto como um grande laboratório de vivências educativas. Demonstra, igualmente, que não neces-

sita ser sempre iniciada e conduzida pelo poder público, mas que a participação coletiva pode produzir propostas educativas nos moldes da Cidade Educadora, envolvendo diferentes agentes educativos da Cidade, trabalhando em sinergia, propondo práticas educativas integradoras que produzam uma formação humana, política, cidadã, comunitária, situando o sujeito individual em seu espaço coletivo.

O percurso é longo e desafiador, mas com o compromisso do poder público e o envolvimento da comunidade, esse projeto vem se mantendo firme e terá vida longa. A intenção do grupo é que essa iniciativa possa servir de inspiração a outras pessoas, bem como demonstrar que é possível mudar a cara da cidade por meio de ações cidadãs, adotando a pedagogia do olhar. Rubem Alves (2014), sobre a Pedagogia do Olhar, diz que:

Educar é mostrar a vida a quem ainda não a viu.
O educador diz: “Veja”! – e, aponta.
O aluno olha na direção apontada e vê o que nunca viu.
Seu mundo se expande. [...]
A primeira tarefa da educação é ensinar a ver...
É através dos olhos que as crianças tomam contato com a beleza e o fascínio do mundo.
[...] O ato de ver precisa ser aprendido.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. **Gaiolas ou Asas**: a arte do voo ou a busca da alegria de aprender. Porto: Edições Asa, 2004. Disponível em: <https://contadoresdestorias.wordpress.com/2012/02/19/o-olhar-do-professor-rubem-alves/>. Acesso em: 19 jul. 2016.
- BORJA, J. **La ciudad conquistada**. Madrid: Alianza editorial, 2005.
- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. (Org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- CABALLO-VILLAR, Maria Belén. **A cidade Educadora**: nova perspectiva de organização e intervenção municipal. 2. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.
- CARTA das Cidades Educadoras, nov. 2004. Disponível em: <http://prattein.com.br/home/images/stories/230813/Educacao/Cartadascidadeseducadoras.pdf>. Acesso dia: 18 jul. 2016.
- CAVALCANTE, Sylvia; ELIAS, Terezinha F. Apropriação. *In*: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. (Org.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- ESTEVE, José M. Prefácio. *In*: GÓMEZ-GRANELL, Carmen; VILA, Ignacio. **A cidade como projeto educativo**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FAURE, E. *et al.* **Aprender a ser**. Madrid: Alianza editorial; UNESCO, 1973.

FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GADOTTI, Moacir A escola na cidade que educa. **Cadernos Cenpec**, n. 1, 2006. Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/160/189>. Acesso em: 18 jul. 2016.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MOURÃO, Ada Raquel T.; CAVALCANTE, Sylvia. Identidade de Lugar. *In*: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. (Org.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011.
PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. 4. ed. *In*: VELHO, Otávio G. (Org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 26-67.

PINTO, F. Cabral. Prefácio. *In*: CABALLO-VILLAR, Maria Belén. **A cidade Educadora**: nova perspectiva de organização e intervenção municipal. 2. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

POL, E. La Apropiación del espacio. *In*: IÑIGUEZ, L.; POL, E. (Org.). Cognición, representación y apropiación del espacio. **Monografías socio/ambientals**, Barcelona, v. 9, n. 45, p. 21, 1996.

TUAN, Y. F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiencia. São Paulo: Difel, 1983.

Recebido em: 30 de Outubro de 2019

Avaliado em: 10 de Março de 2020

Aceito em: 10 de Março de 2020



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilhaigual CC BY-SA

1 Doutora em Psicologia – Universidade de Barcelona; Professora adjunta da Universidade Federal do Piauí – UFPI.
E-mail: adamourao@gmail.com

2 Doutora em Educação com ênfase na educação nas prisões – Universidade Federal de São Carlos-SP; Professora adjunta da Universidade Federal do Piauí – CMRV.
E-mail: clorisvioleta@ufpi.edu.br

